

Análise da Situação Financeira



Handwritten notes in blue ink, including a large '3' at the top, followed by 'm', 'A', '1', '+', and a signature-like mark.



ANÁLISE RELATÓRIO DE GESTÃO ANO DE 2016

A situação financeira do Município decorrente da execução orçamental do exercício de 2016 poderá ser avaliada mediante a análise dos quadros apresentados seguidamente e identificando os principais fatores que contribuíram para o resultado apurado.

As receitas arrecadadas na globalidade atingiram € 42.930.709 (quarenta e dois milhões novecentos e trinta mil e setecentos e nove euros), tendo ficado aquém, em 7.218.646 euros, do valor previsional corrigido das mesmas 50.149.355 euros (cinquenta milhões cento e quarenta e nove mil trezentos e cinquenta e cinco euros), ou seja, valor resultante da soma do inicialmente previsto da receita € 46.416.355 (quarenta e seis milhões quatrocentos e dezasseis mil trezentos e cinquenta e cinco euros), com o valor de 3,733 milhões de euros relativo aos empréstimos de curto prazo (2 milhões de euros), de médio prazo (735 mil euros) e de longo prazo (998 mil euros) inscritos no orçamento após respetivas contratações formalizadas, o que corresponde a uma cobrança de receita na ordem de 85,6 % do montante das previsões corrigidas e de 92,5% do valor inicialmente previsto. Para aquele diferencial (7.218.646 euros), contribuiu a menor captação de receita corrente no montante de 3.179.648 euros, enquanto a receita de capital e as reposições não abatidas verificaram arrecadação aproximadamente de menos € 4.038.998 relativamente aos valores da previsão corrigida e de menos € 305.998 no que respeita ao montante inicialmente orçamentado para estas receitas de capital.

A captação das receitas correntes, situou-se em € 39.983.223 (trinta e nove milhões novecentos e oitenta e três mil duzentos e vinte e três euros), ou seja 92,6% relativamente ao montante de € 43.162.871 previsto (quarenta e três milhões cento e sessenta e dois mil oitocentos e setenta e um euros), realização influenciada pela lenta recuperação da situação económico/financeira das empresas e das famílias que permanece enfraquecida, e que potenciou uma menor captação nas receitas municipais deles dependentes, nomeadamente nos Impostos Diretos Municipais (IMI, IUC e Derrama) e nas receitas próprias do município, tais como as que são provenientes da aplicação de Taxas e Licenças Municipais na sequência da aprovação de Projetos de Loteamentos e, da Construção de Obras Particulares, da Venda de Bens aos munícipes - clientes, entre outras.

Os € 3.179.648 (três milhões cento e setenta e nove mil seiscentos e quarenta e oito euros) auferidos a menos na receita corrente, relativamente ao valor de € 43.162.871 inicialmente esperado (equivalente a 7,4%) resultam principalmente dos desvios registados nos seguintes capítulos da receita:

- Os Impostos Diretos, as Taxas Multas e Outras Penalidades, Outras Receitas Correntes e Venda de Bens e Serviços registaram por ordem decrescente menos 1.591.930, 1.116.865, 401.273 e 109.116 euros respetivamente de verbas arrecadadas relativamente às previstas, enquanto as Transferências Correntes, os Impostos Indiretos e os Rendimentos de

Propriedade, ultrapassaram o valor dotado inicial, respectivamente em 31.033, 4.922 e 3.581 euros.

No respeitante às Receitas de Capital, o desvio negativo de € 305.998 (trezentos e cinco mil novecentos e noventa e oito euros) verificado, resulta da diferença entre o montante da arrecadação (2.947.486 euros) e o valor da previsão inicial (3.253.484 euros), sendo que contribuiu para aquele valor registado:

- Menor captação de receita no capítulo da Venda de Bens de Investimento no valor de 80.191 euros relativamente à verba de 82.060 euros dotada, devido à não concretização da alienação de Terrenos Municipais conforme inicialmente esperado no valor de 82.010 euros e à realização de mais 1.859 euros resultante da Venda de Equipamento de Transporte relativamente à dotação inicial de 10 euros;

- Menor arrecadação de 1.910.467 euros nas Transferências de Capital correspondente a 38,9 % do valor inicialmente previsto de 3.128.698 euros, o que se ficou a dever principalmente a menores recebimentos previstos na sua maioria de cofinanciamentos provenientes de candidaturas Fundos e Iniciativas Comunitários e de Particulares respeitantes a pagamentos de proprietários de encargos de urbanizações, já que o montante recebido relativo ao Fundo de Equilíbrio Financeiro de Capital superou em 5.603 euros a dotação orçada:

- Nas Transferências do Estado verificou-se uma arrecadação de menos 2.593 euros relativamente ao valor inicialmente inscrito, dado que nos projetos de contratos programa não se arrecadou qualquer montante portanto menos € 2010, enquanto no Fundo de Equilíbrio Financeiro de Capital o desvio de mais 5.603 euros ficou a dever-se ao facto do valor inscrito no orçamento inicial ter sido igual ao do transferido através do Orçamento de Estado (OE) de 2015, 172.561 euros, dado que em Novembro de 2015 quando se ultimou a preparação dos documentos previsionais do Município não era conhecida a proposta do OE de 2016, documento do Estado que só foi publicado no Diário da República em 30 de Março de 2016 para vigorar no dia seguinte (no qual indicava a transferência desta receita no valor de 178.164 euros, verba efetivamente auferida), enquanto os documentos previsionais de 2016 do Município foram aprovados em 27 de Novembro e 11 de Dezembro pelos Órgãos Executivo e Deliberativo respetivamente e vigoraram a partir do primeiro dia útil do ano de 2016;
- Estado-Participação Comunitária de Projetos Cofinanciados menos € 1.170.270 euros referente às comparticipações FEDER-QREN em projetos municipais, aprovados e enquadrados, a saber:

Handwritten notes in blue ink on the right margin, including a signature and some illegible scribbles.

➤ No Eixo Prioritário II- Sustentabilidade Territorial menos 614.193 euros relativamente ao valor inicialmente previsto arrecadar (€ 1.160.641), tendo contribuído significativamente para aquela diferença verificada a não arrecadação de qualquer verba relativa à receita dotada de 613 193 euros para o projeto – Requalificação Vias Públicas – Zona da Boa Água- Quinta do Conde;

➤ No POVT-Saneamento da Freguesia do Castelo auferiu-se menos 390.223 euros relativamente aos 484.799 euros inicialmente previstos. Para aquele diferencial contribuíram um conjunto de projetos de saneamento da Freguesia do Castelo-Meco/Alfarim/Zambujal (menos € 39.235), Zambujal 3.ª Fase (menos 10 euros), Lagoa Albufeira -1.ª Fase (mais 5.346 euros), Lote Poente 1.ª Fase- Aiana/Vale Figueira (menos €127.007), Fonte Esquerda/Assenta/Sentrão (menos € 102.768), Lote Nascente 1.ª Fase - Valbom/Pedreiras/Venda Nova/Santana (menos € 10), Lagoa de Albufeira 2.ª Fase-Intercetor Norte/Sachola, Av.ª Acácias e Pinheiros (menos € 10), Lote Nascente 2.ª Fase - Cabedal/Almoinha (menos € 57.745), Lote Poente - 2.ª Fase Aguncheiras/Fétais/Fornos (menos € 10), Rede Complementar do Zambujal 3.ª Fase (menos 22.288 euros), Urbanização Lagoa de Albufeira – Sistema Elevatório dos Murtinhais (menos € 46.476) entre outras (menos 10 euros), cujos valores inscritos na receita do Orçamento não foram total ou integralmente arrecadados, tendo-se verificado execução financeira de 19,5 por cento relativamente à verba prevista;

➤ No Eixo Prioritário I- Competitividade, Inovação e Conhecimento, o projeto Balcão Único de Sesimbra, não arrecadou qualquer importância de cofinanciamento previsto o que correspondeu a menos 56.137 euros, valor respetivo da verba dotada no orçamento;

➤ Os Eixos Prioritário II - PIVSFMS e I – Promoção Capacitação Institucional (PURL), Eixo III Coesão Social, também tiveram no conjunto menos 3.000 euros relativamente a igual montante dotado;

➤ No âmbito de Outras Iniciativas aproximadamente menos 162.854 euros dos 352.005 euros previstos inicialmente arrecadar a nível de projetos cofinanciados, designadamente Valorização Cultura Marítima Piscatória - PROMAR menos 79.497 euros relativamente aos 268.648 euros dotados em Orçamento e Outras Iniciativas menos 27.220 Euros, o que correspondeu a 47,1 % de verba arrecadada relativamente à prevista;

- Menor arrecadação de 743.790 euros no Capítulo das receitas provenientes das Famílias, explicado pelo valor arrecadado para menos de € 99.000 de Proprietários da Lagoa de

Handwritten notes in blue ink:
u
m
b
T
f
X

Albufeira, menos € 641.684 da Quinta do Conde, e menos 3.106 euros de outros no restante Concelho relativamente aos valores inicialmente previstos.

- Os Passivos Financeiros também registaram a captação de receita de 1.600.000 euros, na sequência da utilização de 80% do limite do empréstimo de curto prazo contratado com o Banco Santander que foi de 2 milhões de euros, dos empréstimos de médio e longo prazos respectivamente de 735.000 e de 998.000 euros contratados com a CCAMCA, C.R.L., tiveram uma execução apenas de 116.265 Euros ou seja 15,6 % relativamente aos 1.733.000 euros inscritos no orçamento depois do visto do TC no final de setembro de 2016, de notar que os mesmos encontram-se em fase de utilização cujo período é de dois anos.

- Nas Outras Receitas de Capital, capítulo residual nesta natureza, verificou um desvio de menos € 27.730, relativamente ao valor que foi inicialmente previsto.

- Nas Reposições Não Abatidas Nos Pagamentos, registou um desvio de menos 3.875 euros, relativamente ao valor que foi previsto no orçamento.

O Total das Receitas (Correntes + de Capital) atingiu 92,5 por cento do valor inicialmente dotado € 46.416.355, equivalente a € 42.930.709, registou um desvio de menos 3.485.646 euros.

A soma das Receitas Correntes e de Capital auferidas (€ 42.930.709) representou 85,6% do valor da sua previsão corrigida em consequência da inscrição dos empréstimos contratados (€ 50.149.355 = € 46.416.355 previsão inicial + € 3.733.000 empréstimos de curto, médio e longo prazos, respetivamente 2 milhões, 735 e 998 mil euros), o que correspondeu a arrecadar menos 7.218.646 euros, ou seja aproximadamente menos 14,8 por cento.

O saldo global do equilíbrio orçamental negativo de 2.524.436 euros no ano de 2016 é cerca de 51,3 por cento do verificado no ano anterior (o qual foi menos 4.898.498 euros), tendo diminuído (2.374.062 euros) aproximadamente 48,7 por cento e, resulta do comportamento dos saldos reais, do corrente e de capital:

- O défice do saldo real corrente de mais € 4.435.563 explica-se pelo montante das receitas correntes auferidas em 2016, as quais atingiram 92,6 por cento da verba inicialmente prevista (€ 43.162.871), equivalente a € 39.983.223, importância que foi superior à das despesas realizadas (as pagas acrescidas das assumidas e não pagas) de igual natureza, que registaram 35.547.660 euros. Estas últimas foram totalmente cobertas pelas primeiras tendo melhorado bastante relativamente ao ocorrido nos dois anos anteriores, dado que gerou um saldo real corrente positivo de 4.435.563 euros superior aos 2.913.758 Euros e a 1.128.514 Euros verificados respectivamente em 2015 e 2014, tendo sido neste último ano que se inverteu a tendência negativa deste saldo verificada no período 2008 a 2013 e em que se retomou a tendência registada no período de 2003 a 2007 que também foi positiva.

AM
d
+
x

- O défice do saldo real de capital de menos € 6.959.999 resulta do valor das receitas de capital recebidas € 2.947.486 e do montante das despesas realizadas (as pagas acrescidas das assumidas e não pagas) de igual natureza no valor de € 9.907.485, tendo o grau de cobertura das segundas pelas primeiras sido de 29,8 por cento aproximadamente. A arrecadação para menos de € 4.038.998 nas receitas de capital, relativamente à dotação de € 6.986.484 prevista corrigida, corresponde à captação de cerca de menos 57,8 por cento daquele valor orçado, tendo sido insuficiente para fazer face ao valor atingido na mesma natureza de despesas registadas. A tendência decrescente destas receitas verificada em 2015, expressa-se no sentido contrário da verificada nos antepenúltimos quatro anos consecutivos, e continuou a acentuar-se em 2016, situação diretamente influenciada pelo menor volume das participações obtidas provenientes de fundos comunitários para financiamento de parte dos custos dos projetos, e ainda pelo volume de receitas cuja captação depende da iniciativa privada (AUGI'S e Outros Proprietários de Lotes e Urbanizações no Concelho) já que o valor do FEF de Capital inscrito correspondeu ao montante transferido pela Administração Central conforme indicado no Orçamento de Estado valor ligeiramente superior em 5.603 euros ao arrecadado no ano anterior que foi o valor conhecido e inscrito no orçamento de 2016 do município. Por outro lado, as despesas de capital (as assumidas pagas e não pagas) atingiram em 2016 o valor de € 9.907.485 tendo registado um decréscimo cerca de 2,5 por cento relativamente ao valor absoluto das verificadas em 2015 (€ 10.164.987), representando em 2016 cerca de 78,9 por cento da dotação final corrigida das despesas de capital cujo valor cifrou-se em 12.550.645 euros.

3
cm
2
-
T
+
X

CONCLUSÃO

O montante de menos € 1.976.252 (um milhão novecentos e setenta e seis mil duzentos e cinquenta e dois euros) do Saldo Real de Tesouraria atingido no final de 2016 ainda teria sido inferior e mesmo teria sido positivo, se tivessem sido concretizados, a saber:

- A realização de um maior volume de receitas próprias do município, as quais foram prejudicadas:
- ✓ Pela não captação de aproximadamente 1,741 milhões de euros de Impostos Arrecadados Localmente, tais como o Imposto Municipal de Imóveis (IMI+CA) € 1.240.807, o Imposto Único de Circulação (IUC) cerca de 367 mil euros e Derrama 133 mil euros aproximadamente. É de referir ainda que se encontra em processo de cobrança pelas Finanças cerca de 4,029 milhões de euros dos quais respeitantes a IMI e antiga Contribuição Autárquica € 2,475 milhões, ao IMT € 325 mil e ao IUC 1,229 milhões de euros, aproximadamente;

- ✓ No capítulo das Taxas, Multas e Outras Penalidades foram cerca de menos 1,117 milhões de euros, para os quais contribuíram significativamente a quebra na captação de taxas provenientes do licenciamento de construções de particulares e de empresas, designadas como Loteamentos e Obras de Particulares, estas aproximadamente com 858 mil euros e as de Saneamento (maior expressão a Taxa Infraestruturas Urbanas Água e Saneamento) com 285 mil euros. Notar que fruto da conjuntura o desenvolvimento das Augis também ficou aquém do previsto e a dívida à Câmara Municipal no final de 2016 situou-se em cerca de 9,972 milhões de Euros no concernente a taxas urbanísticas das mesmas;
- ✓ A Venda de Bens e Serviços Correntes foi prejudicada pela não captação na Venda de Bens aproximadamente 184 mil euros para os quais contribuíram as receitas provenientes da Venda da Água;
- ✓ As Outras Receitas Correntes registaram uma quebra de 48,8 por cento relativamente ao inicialmente previsto, tendo contribuído as verbas arrecadadas relativas a outras com menos 401.273 euros comparativamente com o valor da dotação.

Naturalmente, que o valor do Saldo Real de Tesouraria no final de 2016 foi condicionado pela permanência de baixo crescimento da atividade económica e da condição económico-financeira ainda precária da maioria das empresas não financeiras e das famílias, situação que determinou níveis ainda baixos de investimento na construção civil, entre outros, que na vertente municipal se traduziu na menor captação de receitas com origem no desenvolvimento deste tipo de atividades, independentemente da sua natureza, dadas a manutenção de reduzidos investimentos dos privados e na diminuta procura das famílias.

A tendência instalada nos seis anos anteriores caracterizada pela lenta retoma da atividade económica, sofreu ténue inversão nos últimos meses de 2016, tendo a conjuntura sido influenciada no plano interno pelas políticas cautelosas aprovadas no OE de 2016 (que entrou em vigor em 31 de Março de 2016), cuja implementação gerou redução do défice público, tímido aumento do consumo a nível de bens duradouros e não duradouros como consequência do ligeiro aumento ocorrido a nível quer de rendimentos de parte das famílias, devido ao aumento de 5% do salário mínimo e à reversão gradual da redução remuneratória operada anteriormente, quer a nível do investimento privado que registou um ligeiro crescimento em consequência da aceleração das exportações e do ligeiro acréscimo verificado na procura interna. Estes fatores tiveram efeitos na situação económico-financeira do município que melhorou a expressão percentual de captação das receitas da autarquia relativamente quer ao montante inicialmente previsto quer ao montante corrigido após a inscrição dos montantes dos empréstimos contratados em 2016 de curto (2 milhões de euros) para prevenir dificuldades de tesouraria e de médio (735 mil euros) e de longo (998 mil euros) prazo.

O empréstimo bancário de curto prazo até 2 milhões de euros utilizou-se por tranches no decorrer do exercício de 2016 e atingiu 1,6 milhões do valor contratado com o Banco Santander, tendo sido reembolsados 600 mil euros em Agosto e o restante 1 milhão de euros foi amortizado no final de Dezembro antes da conclusão do prazo legal para o efeito.

Paralelamente, no plano interno implementaram-se medidas concertadas de gestão, tais como atualização das Taxas e Licenças Municipais com a inflação negativa de 0,3% registada no ano de 2014, manutenção do valor das taxas fixadas para as receitas instrumentais nomeadamente IMI e Derrama, taxa municipal de direitos de passagem aprovadas oportunamente pelos Órgãos Autárquicos competentes, visando proporcionar o aumento dos recursos financeiros próprios do município, enquanto a contenção de gastos a nível dos encargos de estrutura, implicou uma maior racionalização dos recursos humanos e materiais, e dos equipamentos existentes, a par da melhoria do desempenho verificado pelos diversos serviços, reforçada pelo aperfeiçoamento da nova estrutura orgânica dos serviços da Câmara Municipal, aprovada no final de 2012 e cuja implementação tem vindo a ocorrer progressivamente desde então, complementada pela melhoria do sistema de contabilidade de custos implementado em 2013, e ainda, pelas normas de controlo interno, pelo plano de gestão e risco, e pelo sistema da qualidade existentes, resultando numa conjugação de fatores com reflexos bastante positivos, quer no prosseguimento da execução dos investimentos programados, quer na prestação de melhores serviços com mais qualidade à população do Concelho, realizados com graus mais elevados de eficiência e de eficácia.

A conjugação destas medidas contribuiu para que o saldo real de tesouraria em 2016 tivesse sido inferior ao registado em 2015, verificando uma melhoria na ordem de € 2.730.078 (dois milhões setecentos e trinta mil e setenta e oito euros), que em termos percentuais representou uma diminuição de aproximadamente 57,4%, sendo de mencionar que se continuou a cumprir a quitação (€ 2.110.324 relativamente à amortização capital e juros) do serviço da dívida de longo prazo, entre outros encargos decorrentes de:

- Funcionamento da estrutura;
- Encargos Financeiros (€ 1.603.361 de amortização de capital e juros) do empréstimo de curto prazo contratado até 2 milhões de euros em 2016 com o Banco Santander Totta;
- Prossecução da execução de projetos municipais incluídos em participações do FEDER /QREN e Outras Iniciativas Comunitárias, entre outros;
- Desenvolvimento de atividades mais relevantes, entre as quais as dinamizadas e participadas diretamente pela autarquia, bem como o programa de apoio às Associações e Coletividades e às Instituições de Solidariedade Social do Concelho, as decorrentes de competências próprias na área ação social escolar entre outras na área da educação.

Para o pagamento das despesas indicadas anteriormente, foram utilizados € 41.850.724 das receitas totais de 2016 no valor de € 43.478.893 (€ 42.930.709 de receitas arrecadadas no exercício acrescidas de € 548.184 relativo ao saldo em numerário que transitou do ano anterior), sendo que da diferença entre as segundas e as primeiras (€ 43.478.893 - € 41.850.724) resulta o saldo orçamental em numerário que transita para o ano de 2017, ou seja 1.628.169 euros.

Notar ainda, que 2016 foi o terceiro ano que decorreu após o término da utilização do financiamento contratado com a Direção - Geral do Tesouro, no âmbito do Programa de Apoio à Economia Local (PAEL) - Programa II, nos termos do n.º 3, do artigo 2.º da Lei n.º 43/2012, de 28 de agosto regulamentado pela Portaria n.º 281-A/2012, de 14 de setembro, aditado em 14 de fevereiro de 2013, até ao montante de oito milhões, setecentos e trinta e seis mil, cento e onze Euros e setenta e dois cêntimos, e que se destinou a pagar grande parte da dívida de curto prazo (nos termos do n.º 3, artigo 3.º da lei n.º 42/2012), tendo-se continuado a verificar um elevado grau de cumprimento por parte da Autarquia dos pressupostos anuais expressados no Plano de Ajustamento Económico e Financeiro no período de 2012 a 2026.

Deste modo, de acordo com dados extraídos da Ficha do Município do 4.º trimestre de 2016, extraída da página da DGAL, conclui-se que foi possível:

- Controlar a evolução do endividamento global - Quadro VII (de curto e de médio e longo prazos), que passou do montante de 24.771.305 euros no final de 2015 para 21.197.844 euros no final de 2016, registando uma queda de 3.573.461 euros, ou seja uma diminuição de 14,4 por cento.

- Garantir o equilíbrio orçamental de acordo com o definido com o artigo 40.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, dado que a receita corrente bruta (€ 39.983.223) excedeu em cerca de 7,453 milhões de euros, o montante da despesa corrente paga no valor de 32.529.920 euros. Verifica-se que a despesa corrente paga acrescida do valor das amortizações médias dos empréstimos de médio e longo prazo de 3,029 milhões de euros, foi inferior ao da receita bruta auferida, pelo que o equilíbrio orçamental foi garantido no exercício.

- Dispor de margem de endividamento de acordo com a Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, a qual estabelece um novo limite para a dívida orçamental situando-a em 1,5 vezes (equivalente a 150%) a média da receita corrente líquida auferida pela Autarquia nos últimos três anos.

O limite da dívida total da Autarquia (RFAL), nos termos do n.º 1 do artigo 52.º da Lei n.º 73/2013 de 3 de Setembro, situa-se em 55.927.054 euros.

Dado que a dívida total orçamental (a de curto mais a de médio e de longo prazo, excluindo dívidas não orçamentais, tais como de operações de tesouraria, cauções, garantias refletidas patrimonialmente e acréscimos de custos e proveitos diferidos e FAM) é de 21.936.035 euros, a margem absoluta de endividamento é de 33.991.019 euros, resulta da diferença entre o limite

M
M
A
T
f
K

da dívida total (RFAL) determinado de € 55.927.054 e a dívida total orçamental excluída da dívida não orçamental (€ 21.936.035) indicada.

Verifica-se que a Autarquia não ultrapassa o Limite da Dívida Total porque cumpre os seguintes pressupostos legais:

- A Dívida Total excluindo dívidas não orçamentais e FAM no valor de 21.936.035 Euros é menor que o montante do Limite da Dívida Total de 55.927.054 euros;
- A Dívida Total excluindo dívidas não orçamentais e FAM (€ 21.936.035) é menor que a média da receita corrente líquida (€ 37.284.703) cobrada nos últimos três anos anteriores ao exercício em apreço;

Atendendo a que a Autarquia cumpre o estipulado no n.º 1 do artigo 52.º da Lei n.º 73/2013 de 3 de Setembro, verifica-se que de acordo com o estipulado na alínea b) do n.º 3 do mesmo artigo, o limite possível da dívida total para 2017, não poderá aumentar mais do que 20 por cento da margem disponível (€ 33.991.019) no início daquele ano, ou seja 6.798.204 euros.

Handwritten notes and signatures on the right margin, including a blue 'X' at the bottom.